

Bosque Marechal Cândido Rondon (Londrina – PR): patrimônio e identidade¹

Fernanda Frozoni²

RESUMO: O presente artigo visa a expor a história do Bosque Marechal Cândido Rondon, localizado em Londrina (PR). Essa temática foi merecedora de estudo em razão de o citado bosque apresentar, ao longo de sua trajetória, a condição de coadjuvante da história local. Desse modo, alcançou, nos dias de hoje, o pré-requisito para que a Secretaria Municipal de Cultura viesse a propor seu tombamento, junto com a de outras áreas de seu entorno, na região central. Portanto, neste artigo propomos dar ênfase a essa trajetória, de modo a apresentar essa área verde urbana no que se refere a sua história, enfatizando as polêmicas em que está envolvida desde 2010, a partir de uma proposta de reordenação nas vias de trânsito da área central da cidade. Também buscamos chamar a atenção para o seu valor como patrimônio histórico, cultural e ambiental para a cidade de Londrina. Para realizar tal proposta, trabalhamos com fontes históricas que nos permitiram entender sua história e sua relevância como bosque urbano, além de seu usufruto pela comunidade local. Essa documentação foi extraída de arquivos, bibliotecas, jornais locais, entrevistas e obras memorialísticas, assim como de obras históricas, cuja abordagem sobre a história da cidade ou da região compreende o bosque em questão.

Palavras-chave: Bosque Marechal Cândido Rondon, patrimônio, identidade.

Bosque Marechal Cândido Rondon (Londrina - PR): patrimony and identity

ABSTRACT: This article intends to depict the history of Bosque Marechal Cândido Rondon, located in Londrina (PR). The theme deserves a study, because it was, along its course, an adjuvant of the local history and, on account of this fact, gets nowadays the requirement for a proposal of turning the place into a historical heritage by the Municipal Secretary of Culture, together with other areas of its environment, in the central area of Londrina. Therefore, in this article, we intend to highlight this path, showing the history of the mentioned green urban area, the polemics in which it has been involved since 2010, from a proposal of reordering the transit of the central area in the city. We also intend to show the value of this place as a historical, environmental and cultural patrimony for Londrina. In order to accomplish this purpose, we worked with historical fonts, so as to understand its history and relevance as an urban woodland and its social uses for the local community. These documents were extracted from files, libraries, local newspapers, interviews, and memorial

¹ Este artigo foi extraído da Monografia intitulada *Bosque Marechal Cândido Rondon (1950 a 1970): Referência e Patrimônio londrinense?*, apresentada ao Programa de Especialização em História Social, pela Universidade Estadual de Londrina (2010). Orientado pela Professora Doutora Zueleide Casagrande de Paula.

² Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, especialista em História Social pela mesma instituição.

works, as well as historical works on the history of the city or the region, involving the focused woodland.

Keywords: Bosque Marechal Cândido Rondon, patrimony, identity.

INTRODUÇÃO

Ao longo deste artigo, propõe-se abordar a história do Bosque Marechal Cândido Rondon (BMCR),³ localizado na área central da cidade de Londrina, região norte do Paraná, como um espaço de sociabilidade cuja história é intrínseca à da cidade em que se encontra e, assim, justificar por que ele merece ser reconhecido como patrimônio histórico, cultural e ambiental londrinense.

O BMCR, atualmente, possui uma área de “[...] cerca de 21.235,89 m², divididos em duas alas separadas, tendo como limite as ruas Padre Bernardo Greiss (norte), Pará (sul), Rio de Janeiro (leste) e São Paulo (oeste)” (ALMEIDA; ADUM, 2007, p.10). Já na década de 1930, logo após a fundação da cidade, esse espaço foi doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP),⁴ loteadora da região, com o propósito de mostrar a fertilidade das terras a quem quisesse comprar um lote e lá viver. Na mesma década, o local, já apropriado pela população, ficou conhecido por ser um espaço que abrigava desde manifestações políticas até piqueniques realizados por alunos de um colégio vizinho.

Durante os anos 1950, o local passou por reformas que abrangiam toda a área central da cidade. Foram instalados viveiros de animais, um parque infantil, e outros elementos de recreação, atraindo mais pessoas para usufruí-lo. De acordo com Sampaio (1996), espaços verdes como o Bosque foram construídos em diversas partes do mundo, nesse mesmo período, com a função de ser uma “resposta higienista à cidade real, caótica, amontoada de construções”, passando a ser uma espécie de “envoltório das edificações [...]

³ Ao longo do artigo, o local será chamado de BMCR ou simplesmente Bosque.

⁴ A Companhia de Terras Norte do Paraná foi uma das diversas empresas colonizadoras que se estabeleceram na região norte-paranaense entre as décadas de 1920 e 1930. Era uma subsidiária da empresa Paraná Plantations, que tinha sede em Londres. Em 1923, foi enviada ao local, pelos ingleses, uma missão chamada Montagu, a fim de verificar as probabilidades de investimento nessas terras. Após diversas pesquisas e captação de verbas, foi fundada, em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná (ALMEIDA; ADUM, 2007).

em que o símbolo do progresso se expressa pelo domínio do ar, da luz e da água, [...] como meios que devem ser distribuídos igualmente entre todos” (SAMPAIO, 1996, p.56). Portanto, os bosques e parques nas cidades, de acordo com as teorias higienistas e a visão progressista, teriam a função de refúgio em meio ao caos da cidade, além de proporcionar à cidade um ar mais saudável, podendo todos os cidadãos desfrutar desses ambientes. Este, exatamente, o caráter dado ao BMCR após as reformas na década de 1950: um local de lazer, com animais, brinquedos para as crianças e quadra de esportes, destinado a toda a população, ou seja, um espaço dotado dos equipamentos urbanos que, na época, eram disponibilizados a espaços com essas características.

Foi também durante a década de 1950, em meio a essas transformações, que o Bosque recebeu o nome de Bosque Marechal Cândido Rondon. Assim é chamado até hoje, numa homenagem ao mencionado militar, que morreu no início de 1958.

Já nos anos 1970, o BMCR passaria por uma mudança drástica, tornando-se o terminal de ônibus urbano da cidade, o que acabou por descaracterizar e deteriorar sua condição de lugar de lazer e espaço de brincadeiras e piqueniques, vindo a ser um espaço de passagem para os usuários do local, que iam de um bairro a outro, de bairros para o centro e de um ônibus a outro. O terminal fora ali instalado devido ao fato de a cidade ainda não possuir um local fixo para abrigar os ônibus urbanos, e em razão de o Bosque já ser bastante conhecido pela população.

Nessa mesma época, construiu-se ao seu redor uma cerca, a qual permaneceu até 2010, quando foi retirada pelo poder municipal, com o intuito de tornar suas vias internas livres para o trânsito de pedestres no deslocamento de uma rua a outra, no entorno da área. Ou seja, o trajeto que antes só era permitido pelas vias centrais do Bosque passou a ser permitido em todo o seu interior. Também, mediante o maior trânsito de pedestres, desejava-se diminuir a criminalidade dentro do local. O terminal, por sua vez, permaneceu na área em questão até a década de 1980, quando foi deslocado para a região próxima ao atual Museu Histórico de Londrina, na Avenida Leste-Oeste, ainda na parte central da cidade.

Hoje, o BMCR frequentemente é “vendido” pelo poder público e pela mídia como um ponto turístico da cidade. A própria prefeitura londrinense dedica um espaço, em seu *site*, para descrever o lugar como constantemente reformado e em ótimo estado de conservação: limpo, organizado e seguro (ao afirmar que muitos fazem caminhada no local), além de haver mobiliário, piso e iluminação novos:

Considerado como importante espaço público de área verde localizado no centro da cidade, o Bosque, foi uma área pública reservada pela Cia. De Terras para Londrina. Na década de 50, foram implantados viveiros, parque infantil, quadras e vestiários. No período de 1971 a 1978, com o prolongamento da Rua Piauí, transformou-se em terminal urbano de transporte coletivo. Posteriormente foi transformado em área de lazer onde foi construído o Zerinho (referência ao Zerão, outra importante área de lazer de Londrina), local bastante utilizado para caminhadas e passeios pelos moradores do entorno. Entre 2004 a 2005, a área foi revitalizada, sendo executadas obras de iluminação, troca de piso e mobiliário e limpeza e substituição de vegetação. (PREFEITURA DE LONDRINA, 2012, p.1)

No entanto, a realidade é outra. As grades que cercavam o local estavam muito mal conservadas e precisaram ser retiradas em 2010. Há o constante medo da violência, em decorrência da presença de assaltantes e usuários de drogas; o estado dos bancos e mesas utilizados para os jogos do carteadado é ruim, entre outros aspectos negativos. O problema maior, porém, não é esse. O obstáculo que realmente impede o uso das dependências do Bosque diz respeito ao excesso de aves noturnas que fazem do lugar seu dormitório.⁵

Mesmo com todos esses problemas, o BMCR ainda atrai frequentadores, como os idosos que residem na região central e se encontram diariamente para partidas de baralho. Essas pessoas passam o dia jogando em suas mesas, improvisadas, na parte central do Bosque. Há também os que desfrutam do local para realizar caminhadas no entorno do “Zerinho”. Tal codinome refere-se à parte central do Bosque, cuja ordenação espacial tem ao centro uma área gramada com árvores, algumas mesas de concreto e bancos

⁵ Informação constatada durante as pesquisas de campo realizadas em 2007 e 2008, em vários pontos da região central londrinense, pelo projeto “Monumentos Históricos de Londrina”, do grupo IPAC-Lda (Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina), bem como em matérias de jornais locais e visitas ao espaço em questão, para fotografá-lo, trabalho realizado durante a pesquisa no ano de 2010.

ao redor, além de passarelas, onde é possível praticar exercícios e caminhadas. Muitos também utilizam o local como atalho, para “cortar o caminho” pelas calçadas internas, que sempre estiveram abertas e permitem o acesso às áreas centrais do Bosque e às ruas dos lados norte e sul da área verde.

No final de 2011, entretanto, essa área foi destruída por ordem da Prefeitura, para pôr em prática o plano municipal de construir uma rua que atravessasse o Bosque. A finalidade dessa obra era desafogar o tráfego de veículos na área central. Para que essa reforma fosse realizada, o local foi destruído e suas árvores, cortadas. Tais medidas foram autorizadas pela Secretaria de Obras da Prefeitura, sem que a população fosse consultada a respeito. Houve reação imediata por parte da população, além de muita polêmica e protestos por parte de ONGs ambientais. O assunto passou a ocupar as páginas dos jornais e dos noticiários locais em canais de rádio e televisão. De acordo com o jornal *O Diário de Londrina* (2011, p.1):

Segundo informações da assessoria de imprensa da prefeitura, o projeto faz parte do Plano Macro do município, que prevê a revitalização de ruas e bosques do centro histórico da cidade. As mudanças estariam previstas na lei municipal 11.188/20011, que prevê a proteção do patrimônio público. A obra contempla ainda a abertura da Rua Piauí e, com isso, a extinção do Zerinho localizado no Bosque. O fato motivou diversos protestos iniciados pela internet do movimento Ocupa Londrina. A ong Meio Ambiente Equilibrado (MAE) entrou com uma ação civil pública [...] pedindo a paralização [sic] das obras e cobrando o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Já o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) determinou o embargo da obra.

Apesar de muitos defenderem a preservação do espaço, como mostra o trecho da reportagem, havia quem estivesse a favor do projeto proposto pela Prefeitura. Um exemplo é a carta de um leitor (da qual se reproduz, abaixo, um trecho), publicada em um jornal local.⁶ Ela expressa o ponto de vista de boa parte dos que defendiam a abertura da rua; afirma que isso desafogaria o trânsito da região central e tornaria o lugar mais movimentado, diminuindo a criminalidade ali existente:

⁶ As discussões referentes ao uso dos jornais como fonte não serão aqui abordadas por extrapolar a ordem de discurso do texto. Para mais informações sobre este assunto, ler: “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos” de Tania de Luca.

O Bosque está deixando muitos conflitos que não estão gerando progresso. Uns são favoráveis à abertura da Rua Piauí outros não e o Bosque continua como está: sujo e abandonado. Concordo com a abertura da rua e concordo com os que são favoráveis à abertura, pois isso favoreceria os moradores e o centro de Londrina, diminuindo o fluxo de automóveis nas avenidas São Paulo e Rio de Janeiro. Como disse o leitor Setsuo “os clubes de crianças rebeldes” só estão atrasando a cidade. Todos reclamavam do Bosque, quando a prefeitura vai arrumar, vêm eles novamente para atrapalhar o progresso. O nosso prefeito está melhorando a cidade e ainda tem pessoas que não aceitam o progresso para outros e para si mesmos. (JORNAL DE LONDRINA, 2012, p.1)

Pode-se perceber que enquanto alguns defendiam a abertura do local, outros eram totalmente contra. Como resultado, a Prefeitura Municipal foi obrigada a acatar a decisão da Justiça e, recentemente, impedida de realizar as obras. Também teve que reconstruir o Zerinho, como aponta o excerto da notícia a seguir:

A prefeitura de Londrina não poderá mais executar o projeto que previa a abertura da Rua Piauí, no Bosque Central, para o tráfego de veículos. A decisão, do dia 30 de maio, é do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, que estipulou um prazo de 20 dias para que o município replante as 16 árvores arrancadas e recolha o mobiliário retirado do local. O prazo termina em 19 de junho e, se não for cumprido, a prefeitura terá que pagar multa diária de R\$ 1 mil. A sentença acatou ação civil pública protocolada pela Ong Meio Ambiente Equilibrado (MAE) e o grupo Ocupa Londrina. Para tomar a decisão, o magistrado levou em consideração a lei municipal 11.471 (Código Ambiental de Londrina) que transformou o Bosque em área de preservação permanente. Com base na mesma legislação, o juiz descartou condenar o município ao pagamento de indenização por danos morais pelo corte das árvores, uma vez que a lei não tem valor retroativo (COSTA, 2012, p.1).

De todos os problemas, o mais grave foi fato de o poder municipal não ter levado em consideração que o BMCR já era protegido por lei, por ser uma área verde urbana. Houve, portanto, um abuso de poder e a total descon sideração da Lei Municipal 11.471, cujo objetivo, ao ser criada, era o de impedir que ações dessa natureza ocorressem no espaço cidadão.

Entretanto, foram necessárias a ação civil e infindáveis manifestações na área do Zerinho, com a apresentação de grupos de teatro e de músicos, além da realização de muitas passeatas, durante vários finais de semanas, em todo o centro da cidade, para que fossem respeitados a legislação e os direitos de uso dos cidadãos, assim como a preservação da área verde, conforme a lei

municipal citada, a qual se fundamenta em lei maior, procedente do Estado e da União. No momento, o Zerinho já passou por reformas, novas árvores foram plantadas, os equipamentos para ginástica estão funcionando e novas mesas foram construídas. Assim, as pessoas puderam voltar a utilizar o local normalmente.

Outra dificuldade, já citada aqui, é a grande quantidade de aves – com predominância das pombas conhecidas por “amargosinhas” (cujo nome científico é *Zenaida auriculata*). Esses animais são encontrados em toda a região central da cidade e têm a área do Bosque como seu *habitat*. Por ter se tornado o “dormitório” dessas aves, o local amanhece muito sujo, com um forte odor, devido à grande quantidade de fezes eliminadas por esses animais, ainda que a área de uso dos pedestres e taxistas seja lavada diariamente. Assim, ao entrar no BMCR e ao circular por toda a extensão do local, as pessoas se sentem impregnadas pelo mau cheiro e preferem evitar a região.

Os taxistas e donos de quiosques que ali trabalham se sentem muito prejudicados pelo fato de as pombas terem escolhido o local como sua moradia. Segundo eles, essas aves diminuem o movimento de clientes, além de causar uma péssima impressão quanto ao local, e mesmo sobre a cidade, naqueles que vêm visitá-la ou conhecê-la. No entanto, à pergunta “Trocariam o local por outra região da cidade?”, a resposta é negativa.⁷ Houve também trabalhadores e usuários que disseram ser melhor que o BMCR fosse destruído e se construísse ali algo mais funcional (como um grande estacionamento, para solucionar a falta de vagas na região central), do que manter a situação atual do bosque. Outras pessoas entrevistadas afirmaram que o local representa um “retrato da vergonha londrinense”.⁸ No entanto, esses constituem um número

⁷ Informação obtida durante pesquisa realizada no BMCR, durante 2010, com os donos de quiosques e taxistas do local. É bom lembrar que, pouco tempo após a entrevista, os proprietários de quiosques foram impedidos de continuar trabalhando no local pela Prefeitura Municipal, que reivindicou para si o espaço ocupado por esses comerciantes, já que essa área pertencia ao município.

⁸ Cabe ressaltar que a tipologia de entrevistas, nesse caso, deu destaque para o que Verena Alberti (2004) denomina de entrevistas temáticas, cujo recorte informa o tema e número de pessoas entrevistadas. Nesse caso, foram ao todo 2 taxistas, num total de 8, e 3 proprietários de quiosques, num total de 4. Foi elaborado um roteiro diretivo, mas as perguntas mudavam de acordo com as respostas dos entrevistados; se a pergunta seguinte já estivesse inserida na resposta anterior, ela era suprimida. Para a monografia de Especialização, essa tipologia respondeu bem ao objetivo: foi adequada por ter o estatuto definido pelo ofício dos entrevistados e porque o objetivo da pesquisa era verificar o acompanhamento das

menor em relação aos que querem a preservação da área verde no centro da cidade, mesmo com o ar comprometido pelas fezes das aves – problema que, cabe lembrar, não afeta apenas a área do Bosque, mas toda a cidade, nos espaços onde há árvores.

Esses animais acabaram tornando-se foco de discussão na cidade: alguns são a favor de seu extermínio, como os que dependem do BMCR para o seu sustento; outros já acreditam que não fazem mal a ninguém e devem continuar vivos. No entanto, a população de pombos é expressiva, e a limpeza do local soluciona o problema apenas por pouco tempo. Pode-se perceber, assim, que o Bosque até hoje é alvo de muitas polêmicas na cidade, desde a abertura de uma rua em seu interior até o caso das aves.

Para entender o local como patrimônio londrinense, é preciso primeiro definir o que é “patrimônio”. Nestor Garcia Canclini (1994, p.96) define-o como a expressão de uma “solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social”. Também pode ser “o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos” (CANCLINI, 1994, p.98). Já para Kersten (2000), seria algo abrangente, memorável, do domínio da história, da arte ou da natureza, e que mereça ser conservado.

O que se pode concluir das afirmações desses autores é que o patrimônio pode ser algo material ou imaterial: uma casa, um tipo de comida, uma dança típica que represente a cultura de um povo ou um grupo de pessoas, entre outros elementos. Portanto, tem grande importância e, por esse motivo, merece ser conservado, para que não se perca ou deixe de existir.

É preciso atentar, todavia, para o fato de que, ao mesmo tempo em que constitui um patrimônio, também pode ser um espaço de luta e conquista de poder. Isso ocorre quando determinados grupos têm um acesso privilegiado a determinado bem, em detrimento dos demais. Tais grupos passam também a deter a memória em torno do patrimônio e a divulgam como uma memória coletiva (KERSTEN, 2000).

transformações sofridas pelo Bosque por pessoas que viviam em seu entorno e estavam envolvidas nessas modificações.

Além disso, apesar de o bem patrimonial ter o poder de agregar diferentes povos, cada um terá dele uma interpretação diferente, individual, de acordo com o estímulo recebido. Portanto, o patrimônio é uma construção predeterminada, cercada de conflitos, por representar várias pessoas com diferentes interesses, que tentam configurar esses espaços, a fim de se apropriarem deles, imprimindo-lhes suas marcas.

Nesse sentido, o BMCR, desde seu planejamento, mudou muito e assumiu diversas funções. Sua história é permeada por momentos de uso intenso e outros de quase abandono, do que se depreendem sérios conflitos em sua constituição. Contudo, é um lugar de cumplicidade social, bem como um símbolo local. Essa perspectiva permite que se destaque a sua relevância na memória local e na história que envolve a “vida” do BMCR.

Para Françoise Hartog (2006), muitos patrimônios urbanos foram pensados para que se construísse uma identidade, uma história, da cidade, do bairro, ou até de um país. E, assim, os bens patrimoniais vão se multiplicando:

Os patrimônios se multiplicam. Assim, um exemplo, entre outros, a lei relativa à Fundação do Patrimônio, preocupada em nada omitir, repertoriou o “patrimônio cultural protegido”, o “patrimônio cultural de proximidade” (este “tecido conjuntivo” do território nacional), o “patrimônio natural” (que compreende a “noção de paisagens”), o “patrimônio vivo” (as raças animais e espécies vegetais), o patrimônio imaterial (com os *savoir-faire* tradicionais, as tradições populares, o folclore). O patrimônio genético já frequenta a mídia e o patrimônio ético começa a entrar (HARTOG, 2006, p.268).

Mas não basta apenas declarar um bem como público, ou propor que ele seja tombado. São necessárias ações que façam com que a população o perceba e se aproprie desse bem. O valor social do bem tombado vai depender da maneira como os grupos sociais que com ele convivem investem-no de sentido (FREIRE, 1997, p.162).

Segundo Poulot (2009, p.15), “a apropriação por um público – a maneira como o patrimônio é visitado, interpretado, e exerce influência – está associada também às formas de sua apresentação, ao olhar, bem acolhido ou importunado, aos catálogos ou itinerários”. Ou seja, a apropriação de um bem por uma população irá basear-se na forma como é apresentado a ela: se é bem cuidado ou não; se é seguro; se permite momentos de lazer ou boas

lembranças. Além disso, será levada em conta a difusão de ideias sobre esse bem, por meio de catálogos e itinerários.

E, ainda segundo Poulot (2009, p.230), para que se inclua no rol dos patrimônios, o bem em questão deve ser marcado “com um sinal positivo por indivíduos ou grupos, porque [...] ‘além de proteger objetos, trata-se de permitir que determinada população venha a interiorizar a riqueza cultural de que ela é depositária’”. Assim, um objeto se torna patrimônio pelo reconhecimento da população que convive com ele, por meio da sua apropriação pelas pessoas e pelo processo de patrimonialização. Ademais, tornar algo um patrimônio seria uma maneira de fazer com que as pessoas tenham uma relação mais íntima com a sua própria cultura.

Dessa maneira, os maiores responsáveis pela preservação de um patrimônio são os sujeitos históricos – pessoas comuns, mas que estão dispostas a fazer algo por ele (BOLLE, 1994). Hartog (2006) também concorda com essa afirmação, ao dizer que é responsabilidade de cada um reconhecer os patrimônios e, mais que isso, ajudar a preservá-los para as gerações futuras:

O patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos. Como em relação a todo testemunho, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas, além disso, nossa responsabilidade se encontra engajada em relação às gerações futuras (HARTOG, 2006, p.269).

Dito de outra forma, o patrimônio seria um conjunto de bens transmissíveis, capaz de mobilizar uma sociedade e configurar seu futuro.

Em relação ao BMCR, especificamente, é possível afirmar que esse espaço merece ser tido como um bem digno de se tornar um patrimônio, pois é percebido pela população e pelas autoridades políticas, uma vez que está, pela segunda vez, passando pelos trâmites de patrimonialização, isto é, para que seja considerado oficialmente um bem estadual. Além disso, o Bosque tem um significado para a história da cidade, por participar dela desde sua fundação, seja como coadjuvante, seja como espectador da transformação da paisagem urbana na história e na memória locais.

Assim, o BMCR é importante para os londrinenses dentro do contexto da região central da cidade, e por ter crescido juntamente com Londrina, por ter

uma história imbricada na do município, podendo ser considerado um patrimônio que deve ser preservado. Dessa maneira, um bem como o BMCR necessita receber ações que o dinamizem e auxiliem sua apropriação por parte da população. Esse espaço, por fazer parte da cidade, deve seguir seu ritmo natural, sempre mudando, portanto, para melhorar e conquistar constantemente a população. Em outras palavras, quem o faz ser patrimônio é a própria população, que o reconhece e participa da sua história (YÁZIGI, 2003).

Como prova de que a população participa da história do Bosque, pode-se citar o constante uso do Zerinho, principalmente pelos aposentados que diariamente jogam baralho no local. Essa prática é tão entranhada no cotidiano do BMCR que, durante o tempo em que as mesas do local ficaram destruídas, após a tentativa de reforma pela Prefeitura em 2011, os próprios usuários e moradores do entorno montaram mesas improvisadas para poderem continuar com seus hábitos de jogos. Assim, se olharmos do ponto de vista do uso do local e da sociabilidade desses jogadores aposentados que moram nos arredores, nos prédios da região central – boa parte dessas pessoas vive ali desde o surgimento da cidade, fazendo parte da memória e da história londrinense –, vê-se que o BMCR tem um papel social importantíssimo.

Também vale lembrar que, depois de terem sido retiradas as cercas do entorno do Bosque, os bancos do seu interior, durante o horário de almoço, sempre acolhem casais de namorados, das mais diferentes idades, além de grupos de amigos. Há ainda o uso diário da quadra de esportes, que, ao final da tarde, é local de jogos por parte de moradores do entorno. Isso tudo comprova que o lugar tem uso constante, apesar de seus diversos problemas.

Já em relação às constantes mudanças sofridas pelas cidades, e que demarcam seu ritmo natural, não podemos esquecer que também seus habitantes passam por transformações. Para Fortuna (1995, p.04) “assiste-se hoje ao ‘descentramento’ dos sujeitos e à problematização das identidades, tanto nas suas concepções assistencialistas (do tipo ‘eu sou’), como nas estruturalistas (do tipo ‘a vida me fez assim’)”. O que produz tal sentimento é o mundo cada vez mais globalizado, que gera influências diversas o tempo todo. Assim, o espaço se torna algo caótico, e os sujeitos têm dificuldade em se encontrarem, em situar-se. As cidades, em si, hoje são caóticas.

Segundo Stuart Hall (2011, p.15), “as sociedades modernas são, [...] por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente”. Portanto, hoje, por vivermos em um mundo cada vez mais globalizado, que muda constantemente, é preciso que espaços públicos como o BMCR se reinventem, tornando-se mais atrativos, para que as pessoas voltem a usufruí-los. Afinal, permitir que esse espaço permaneça da maneira como está hoje é algo inaceitável. É inadmissível negligenciar um local tão importante para a história da cidade, que faz parte da sua identidade. Como diz Fortuna, citando Georg Simmel (1995, p.8):

A cidade descuidada, os prédios, as ruas e os bairros degradados, os monumentos e o restante patrimônio abandonado assinalam, [...] não a cidade em ruínas, mas antes a cultura arruinada. Quando o passado é um destroço, o presente fica hipotecado, e ainda [...], pode-se dizer que, para salvar o passado e respeitar o presente, será preciso uma política capaz de manter e preservar o nosso patrimônio.

Vale lembrar, no entanto, que, embora o BMCR enfrente diversos problemas, isso não significa que ele tenha deixado de ter importância. Muito pelo contrário, como foi destacado, existem diversas pessoas que utilizam seu espaço (jogadores de baralho e pessoas que o usam para praticar exercícios físicos, por exemplo). Assim, o que se propõe é que o local seja revitalizado, repensado, para acomodar melhor quem já o usufrui e para atrair mais pessoas.

Se a falta de segurança é motivo frequente de reclamações sobre o BMCR (providências em relação a esse problema são frequentemente solicitadas à noite, quando o local se torna ponto de prostituição e de uso de drogas), deve-se enfatizar a importância de serem tomadas medidas quanto a essa questão e à superpopulação de pombas, que podem ocasionar doenças e outros malefícios aos frequentadores assíduos do local ou aos moradores das proximidades.

Em síntese, é possível afirmar que o BMCR representa um patrimônio, em razão de toda a sua história e de sua significação para os londrinenses. Ele se fez presente nas principais discussões da cidade, durante todos esses anos; foi palco de manifestações políticas, festas e piqueniques; presenciou o

crescimento da cidade e, hoje, como vimos, ainda está presente nas discussões sobre os principais problemas que afetam Londrina.

Portanto, o BMCR continua presente na história da cidade, bem como no imaginário da população. Por todos esses motivos, aqui apontados, é, entre outros elementos urbanos, um espaço cujo tombamento se cogita pela segunda vez, o que é algo notável e digno de estudo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de; ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. *Memória e cotidiano do bosque*. Londrina: EDUEL, 2007.

BOLLE, Willie. Cultura, Patrimônio e Preservação. In: ARANTES, A.A. *Produzindo o Passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural. In: Hollanda Heloísa Buarque de (Org.). *Cidades*. Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional. n. 23. Rio de Janeiro, 1994.

CODEL – Instituto de Desenvolvimento de Londrina. Disponível em: <www1.londrina.pr.gov.br>. Acesso: 09/07/2012.

COSTA, Daniel. Justiça determina que Bosque Central não pode reabrir para o tráfego de veículos. In: *Jornal de Londrina*. 11 de jun/2012. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/cidades/conteudo.phtml?id=1264056>> . Acesso em: 09/07/2012.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: Narrativas, patrimônios e memórias. In: SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. (Org.). Coleção Estudos e Investigações, *Cultura e Economia*, n. 4. Lisboa, 1995.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: Annablume/SESC, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

JORNAL DE LONDRINA. *Cartas*. 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?id=1268104>>. Acesso em: 09/07/2012.

KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

O DIÁRIO de Londrina. Prefeitura de Londrina apresenta projeto de obras do Bosque após protestos. *In: odiário.com*. Disponível em: <<http://londrina.odiario.com/londrina/noticia/511703/prefeitura-de-londrina-apresenta-projeto-de-obras-do-bosque-apos-protestos/>>. Acesso em: 09/07/2012.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. Séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PREFEITURA DE Londrina. Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon. *In: Portal da Prefeitura de Londrina*. 2012. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=122>. Acesso em: 09/07/2012.

SAMPAIO, Antonio Heliodoro Lima. Cidade Ideal, imaginação e realidade. *Revista de Urbanismo e Arquitetura (RUA)*, da Universidade Federal da Bahia. v. 4, n. 1, jul/dez, 1996.

SCHREIBER, Yara. *Domingo no Parque: um estudo da relação homem-natureza na metrópole paulistana*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo – SP.

YÁZIGI, Eduardo. Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. *In: CARLOS, A.F.A.; LEMOS, A.I.G. Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto. 2003.